

A DESIGNAÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE FRONTEIRIÇA DE BAGÉ

Sara dos Santos Mota

saramota@unipampa.edu.br

Universidade Federal do Pampa
Brasil

Natieli Luiza Branco

natielibranco@unipampa.edu.br

Universidade Federal do Pampa
Brasil

Vinícios Lima Ferreira

viniciosferreira.aluno@unipampa.edu.br

Universidade Federal do Pampa
Brasil

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a presença e a circulação da língua espanhola na cidade de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul, situada na faixa de fronteira Brasil-Uruguay por meio do funcionamento das designações dos estabelecimentos comerciais. Para tal, filiamos-nos à Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2005a) em interface com a Análise de Discurso de linha francesa (Orlandi, 2009). Na análise dos nomes em espanhol, percebemos o funcionamento de um memorável nas dez designações que, nas cenas enunciativas no espaço da cidade, significam as relações sociais e o território compartilhado historicamente por esses sujeitos que habitam a fronteira, marcando a presença da língua espanhola como parte da identificação dos lugares e dos sujeitos em circulação na cidade.

Palavras-chave: língua espanhola; designação; fronteira Brasil-Uruguay; enunciação; comércio.

THE DESIGNATION OF COMMERCIAL ESTABLISHMENTS IN THE BORDER CITY OF BAGÉ

ABSTRACT

This work aims to analyze the presence and circulation of the Spanish language in the city of Bagé, in the state of Rio Grande do Sul, located on the Brazil-Uruguay border, through the operation of commercial establishments designations. To this end, we've adopted the

Semantics of the Event (Guimarães, 2005a) in interface with the French line of Discourse Analysis (Orlandi, 2009). In the analysis of the names in Spanish, we perceive the functioning of a memorable in the ten designations that, in the enunciative scenes in the city space, signify the social relations and the historically shared territory by these subjects who inhabit the border, marking the presence of the Spanish language as a part of the identification of places and of the subjects in circulation in the city.

Keywords: Spanish language; designation; Brazil-Uruguay border; enunciation; commerce.

1. Introdução

Este trabalho relaciona-se com o projeto de pesquisa “Políticas das línguas na fronteira Brasil-Uruguay: perspectivas em torno da presença do espanhol”, que tem como propósito destacar, mapear e analisar a circulação da língua espanhola na fronteira Brasil-Uruguay, em especial na paisagem lingüística da cidade de Bagé e localidades adjacentes.

Nesse viés, esse texto tem como objetivo analisar a presença da língua espanhola no município de Bagé – que se localiza na faixa de fronteira¹ do Brasil com o Uruguai – por meio da designação dos estabelecimentos comerciais. Para isso, em um primeiro momento, conceituamos aspectos teóricos que delineiam nossa abordagem da fronteira. Na sequência, trazemos aspectos da formação sócio-histórica do município, relacionando a historiografia com os acontecimentos da língua(gem). Em seguida, na parte final, apresentamos nosso gesto de interpretação e análise do *corpus*. Para tanto, filiamo-nos à Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2005a) em interlocução com a Análise de Discurso de linha francesa (Orlandi, 2009).

2. Região, zona, território: uma abordagem da fronteira Brasil-Uruguay

Ao nos centrarmos na zona de fronteira Brasil-Uruguay nesta pesquisa, do ponto de vista dos estudos da linguagem, é preciso estabelecer a abordagem que estamos adotando, pois essa *fronteira* tem sido lócus e objeto de estudo em inúmeras investigações de diferentes áreas do conhecimento e disciplinas. Desse modo, aproximamo-nos de estudos desenvolvidos nos âmbitos da história e da geografia para uma melhor compreensão dos fenômenos fronteiriços a partir das noções de região, zona e território.

Nessa direção, retomamos a proposição de Heloisa Reichel (2006), que situa sua análise no processo de formação do Rio Grande do Sul, considerando aspectos de sua exploração e ocupação territorial. Para a historiadora, no decorrer do período colonial, uma porção

considerável do que constitui o território sul-rio-grandense hoje fazia parte da Região Platina, espaço esse “que abarcava as campanhas do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul, transcendendo os limites geopolíticos atuais que separam os dois primeiros do Brasil” (Reichel, 2006, p. 61).

Para sustentar tal afirmação, a concepção de região mobilizada pela pesquisadora apoia-se no desenvolvimento do conceito pela geografia crítica desde meados do século XX. Nessa perspectiva, a estruturação de uma região dá-se de modo relacional, considerando natureza e homem, em que o trabalho deste cumpre papel fundamental, sendo os espaços geográficos decorrentes dessa relação. Ao mesmo tempo, a autora leva em conta a contribuição da história na determinação do termo, pois, nessa perspectiva, enfatiza-se a importância “das relações sociais, fundamentadas nas experiências vividas, nas ideias e nos sentimentos que os homens desenvolvem entre si, bem como a cultura por eles produzida” na definição de uma região (Reichel, 2006, p. 44).

Desse modo, em consonância com Reichel, reforçamos o entendimento de que a fronteira Brasil-Uruguay foi forjada no seio da Região Platina, isto é, reconhecemos que uma parte significativa do território gaúcho esteve sob o poderio imperial dos espanhóis durante o período colonial. Conforme a pesquisadora, as fronteiras que delimitavam o domínio dos impérios português e espanhol na América do Sul, ao estarem inseridas na Região Platina, possuíram um caráter dinâmico e indefinido, “elas atuaram muito mais como ‘fronteiras-zona’, estimulando contatos, intercâmbios, formas de resistência ao homem que aí vivia, do que como ‘fronteiras-linha’, que separam sociedades e dividem culturas” (Reichel, 2006, p. 61).

Ainda sobre a noção de região desde um enfoque geográfico, recuperamos o exposto por Dorfman e Bentancor (2005) que, a propósito da fronteira internacional do Brasil com o Uruguai, discutem sobre o regionalismo fronteiriço. Para as autoras, a região fronteiriça, como espaço de contato, pode ser constituída a partir das práticas desenvolvidas por seus habitantes, práticas essas que se particularizam e assumem contornos semelhantes nos dois lados da linha divisória entre os dois Estados.

Em relação ao crescimento dessa área de fronteira, em especial às chamadas cidades-gêmeas, ressalta-se que “[a] intensificação do movimento comercial foi elemento fundamental para a expansão urbana das cidades fronteiriças, junto à principal ocupação da região, a atividade pecuária” (Dorfman & Bentancor, 2005, p. 203), somadas ao exercício do contrabando. Conforme as autoras, é possível identificar as origens históricas das interações experimentadas no presente, “ligadas ao passado comum como charqueadores e criadores, aos vínculos comerciais legais e ilegais intensos, às relações familiares estreitas, à existência de

propriedades rurais transfronteiriças” (Dorfman & Bentancor, 2005, p. 220). Para esta pesquisa, ao nos voltarmos para a designação dos estabelecimentos comerciais da cidade fronteiriça de Bagé, interessa-nos observar como tais interações manifestam-se também na presença das línguas na fronteira e na forma como o contato linguístico produz sentidos na enunciação.

Simultaneamente, a noção de zona de fronteira tem sido empregada para conceituar a área difundida a partir do limite internacional, na medida em que “aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças” (Machado *et al.*, 2005, p. 95). Nessa perspectiva, Bagé é um dos municípios brasileiros que integram a zona de fronteira Brasil-Uruguay.

Finalmente, junto com as noções de região e zona, abordamos a noção de território para além da esfera jurídico-administrativa, isto é, entendemos que os territórios de cada Estado que compõem uma região ou zona de fronteira são produto de “processos concomitantes de dominação ou apropriação” (Machado *et al.*, 2005, p. 91). Nesse ponto de vista, estão implicados aspectos sociais e econômicos (ligados à dominação) ou culturais e simbólicos (ligados à apropriação), que se traduzem em territorialidades específicas sobre o espaço fronteiriço entre Estados nacionais.

Assim, ao analisar os nomes dos locais comerciais de Bagé, a partir da designação, estamos considerando que a relação entre línguas e sujeitos, dada a dimensão simbólica da linguagem, pode constituir territorialidades próprias no espaço da fronteira, territorializando-o. Nesse cenário, a fronteira se funda como “um lugar identitário” (Sturza, 2010), pois designar um estabelecimento parcial ou integralmente em língua espanhola é promover uma relação de identidade com essa língua e com o território (Machado *et al.*, 2005; Sturza, 2010).

Na seção seguinte, contextualizamos a cidade de Bagé a partir de sua formação sócio-histórica, associadamente à formação social e territorial do Rio Grande do Sul.

3. Formação sócio-histórica do município: Bagé na região de fronteira

Para analisar a designação dos estabelecimentos comerciais de Bagé, faz-se necessário contextualizar historicamente essa cidade fronteiriça, de modo a compreender as dinâmicas que levaram à presença e à distribuição das línguas na região. Para isso, recuperamos inicialmente, de uma forma geral, aspectos da formação social do Rio Grande do Sul e de sua fronteira territorial, pois concordamos com Flores (2017) quando reconhece que a fronteira desempenha um papel central na constituição da história do estado. De acordo com Bica (2017, n.p.), “o

processo de formação territorial rio-grandense se estabeleceu de maneira singular, produzindo um modo particular na ocupação deste espaço geográfico”.

Ao situar esta pesquisa nos estudos da linguagem, filiamo-nos à Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2005a) em interlocução com a Análise de Discurso de linha francesa (Orlandi, 2009), e buscando compreender como se estabeleceram as relações entre línguas nessa região de fronteira, consideramos a história como constitutiva dos sentidos e dos sujeitos. Segundo Henry (2010, p. 47), “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”. Em vista disso, concordamos com o referido autor que a história permite a interpretação de fatos ou eventos não como acontecimentos cronológicos, mas como acontecimentos que produzem sentidos. Nessa perspectiva, apresentaremos como as condições sócio-históricas interpelaram a constituição da fronteira e da cidade de Bagé.

De acordo com a historiografia, o Rio Grande do Sul é historicamente marcado por disputas territoriais travadas entre as coroas de Portugal e Espanha, que se iniciaram no final do século XVII e se estenderam ao longo do século XVIII (Reichel, 2006). Tais conflitos foram provocando alterações nos limites das terras da América Meridional, como demonstram a assinatura dos diversos tratados entre as coroas Ibéricas.

Inicialmente, o território em que hoje se situa o município de Bagé pertencia à Coroa Espanhola e, em 1774, foram os espanhóis que construíram o Forte de Santa Tecla, com o objetivo de resguardar a região da invasão lusitana (Bica, 2017). Já em 1776, o domínio do Forte passou às mãos das tropas portuguesas. No ano seguinte, com o Tratado de Santo Idelfonso, a Coroa Portuguesa perdeu a posse da região dos Sete Povos das Missões e da Colônia do Sacramento para a Coroa Espanhola.

A existência de Colônia do Sacramento, bem como a ocupação da região das Missões provocaram uma série de disputas entre as coroas espanhola e portuguesa. Em 1801, a partir da celebração do Tratado de Badajoz, as fronteiras entre Portugal e Espanha foram definidas. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, os movimentos de ocupação do território gaúcho foram intensificados. De 1811 a 1816, o império português iniciou a invasão da Banda Oriental (território que corresponde ao Uruguai atualmente).

Após esse período, inicia-se o avanço da expansão portuguesa rumo ao Prata com as consecutivas invasões da Banda Oriental e os consequentes conflitos ocorridos entre as tropas lusas e o movimento independentista liderado por José Artigas (Reichel, 2006; Bica, 2017) nas primeiras décadas do século XIX. Nessa conjuntura, um importante episódio bélico que imprimiu suas marcas nos territórios da fronteira gaúcha foi a Guerra da Cisplatina, ocorrida

entre 1821 e 1828, em que as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império Brasileiro disputaram o território da Banda Oriental. Sobre os reflexos da invasão do exército uruguaio-argentino em Bagé, Taborda (1959 como citado em Bica, 2017, n.p.) afirma que “As maiores infâmias foram cometidas, desde o sangue vergonhoso, o assassínio covarde, até a violação dos lares, a torpeza do desrespeito às famílias”. A Guerra da Cisplatina trouxe desgastes para ambos os lados e encerrou-se em 1828 com a independência do Uruguai.

Em relação às origens do município, Silva e Silva (2021, p. 126) apontam que a então vila de São Sebastião de Bagé constituiu-se como “Fruto de vários conflitos envolvendo portugueses e espanhóis no início do século XVIII”, encontrando-se ora sob o domínio luso, ora sob o domínio espanhol.

De acordo com Bica (2017), a história de Bagé associa-se à história militar, em vista de ser por meio da “incursão militar realizada no ano de 1811, pelo português Dom Diogo de Souza” que a cidade foi fundada. Essa incursão foi motivada para efetivar a ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul, processo já iniciado com a concessão de sesmarias durante o século XVIII pela Coroa lusa a tropeiros ou militares, que se fixaram como estancieiros na região (Silva & Silva, 2021; Pesavento, 2014). Por sua localização, Bagé era um ponto estratégico na defesa dos limites fronteiriços portugueses.

No que diz respeito à sustentação da economia sul-rio-grandense no decorrer do século XIX, Vargas (2021) destaca a importância da pecuária como principal atividade econômica, especialmente na região da campanha, onde predominavam extensas pastagens repletas de gado. Nesse cenário, Bagé desempenhava um papel destacado, “por conta de suas estâncias e rebanhos vacuns que abasteciam os mercados locais, mas que tinham como principal destino as charqueadas de Pelotas” (Vargas, 2021, p. 281).

Ao mesmo tempo, as dinâmicas estabelecidas pela economia charqueadora integravam a cidade a um “espaço econômico pecuário-escravagista” mais amplo, que “se estendia do interior do Uruguai até o complexo porto-charqueada, localizado nas cidades de Pelotas e Rio-Grande” (Vargas, 2021, p. 284).

Ainda sobre a economia no período, Bica (2017) esclarece que a partir dos anos de 1811, o desenvolvimento urbano, cultural e social esteve intimamente ligado aos aspectos econômicos da pecuária e da produção charqueadora, como também pelo surgimento do comércio, obedecendo a uma lógica estrutural e as dinâmicas econômicas recorrentes no processo de formação do território rio-grandense durante o século XIX, principalmente nas regiões fronteiriças (n.p.).

Assim, temos a produção do charque como um fator determinante para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul e também do município de Bagé. Essa produção charqueadora prevaleceu por muitas décadas do século XIX no Estado e proporcionou a urbanização das cidades e o desenvolvimento do comércio.

No município de Bagé, a charqueada de Santa Thereza, fundada em 21 de fevereiro de 1897, proporcionou importante progresso para a cidade, pois, nos arredores da charqueada, iniciou-se a Vila de Santa Thereza abrigando os trabalhadores da charqueada. No entanto, cabe mencionar que o apogeu das charqueadas no Rio Grande do Sul durou até o final do século XIX. A partir de 1920, começaram a surgir os primeiros frigoríficos, modificando a economia do estado (Bica, 2017).

Como consequência dos constantes litígios que caracterizaram os períodos supracitados, as terras que compreendem a zona de fronteira foco deste artigo tiveram seus limites políticos definitivamente demarcados apenas no início do século XX, tardiamente em relação a outras áreas fronteiriças do território brasileiro.

Especificamente, sobre a ocupação da área abarcada pelo município de Bagé, Bica (2017) afirma:

No caso específico do espaço geográfico da região da Campanha, no qual se localiza o município de Bagé, a ocupação tem sua gênese através das estâncias estabelecidas pelos jesuítas espanhóis e imigrantes lusitanos no transcorrer do século XVII e XVIII. Estas regiões formam a chamada “fronteira seca” do Estado do Rio Grande do Sul, devido à existência de linhas demarcatórias imaginárias (n.p.).

Na virada do século XIX, entrada do século XX, quando se iniciava o processo de industrialização no Rio Grande do Sul, a cidade contava com imigrantes de diferentes origens, que se desempenhavam profissionalmente no município. Entre os grupos que povoaram esse espaço territorial, a historiografia local tem destacado a participação de portugueses, espanhóis e italianos (Bastianello, 2010; Oliveira & Matheus, 2014; Lemieszek & Garcia, 2013), além de parcelas de outras etnias e proveniências, como árabes – especialmente sírio-libaneses – e negros (Silva & Silva, 2021; Bittencourt-Francisco, 2021).

Quanto ao modo de participação desses imigrantes no processo de formação social de Bagé e no seu desenvolvimento, podemos destacar a instalação de energia elétrica no município, viabilizada pelo empresário espanhol Emilio Guilayn. Segundo Lopes (2007), um engenheiro alemão instalou as máquinas que colocaram em funcionamento a usina elétrica da cidade, inaugurada em 1889, sendo este trazido por Guilayn desde Buenos Aires.

Já na primeira década do século XX, o mesmo pesquisador registra a participação de padres salesianos no âmbito educacional, vindos do Uruguai para fundar o Ginásio Municipal Nossa Senhora Auxiliadora na cidade, estabelecimento de ensino primário e secundário. Na capital do país vizinho, localizava-se a Inspeção dos colégios salesianos, ao qual já pertencia também o colégio salesiano de Rio Grande, devido à proximidade geográfica (Lopes, 2007).

Além disso, na imprensa local, registrava-se a circulação de jornais impressos em espanhol na segunda e terceira décadas do século XX. Os jornais “La Raza”, “El Oriental” e “La Noticia” publicavam em suas páginas textos em língua espanhola, como notícias e anúncios, indo ao encontro dos interesses de espanhóis e uruguaios que residiam na cidade ou transitavam pela região (Lopes, 2007).

Esses acontecimentos apontam para os elos de colaboração existentes entre os habitantes dessa região fronteiriça no período, que se estendiam do município até importantes cidades do Prata, como Montevideu ou Buenos Aires. Segundo Ferreira (2021, p. 81), “[a] influência das colonizações portuguesa e espanhola contextualiza a economia da região e determina o surgimento do patrimônio arquitetônico e cultural do Município até os dias atuais”.

Tais condições sócio-históricas, aqui recuperadas brevemente, ocasionaram uma maior ou menor circulação da língua espanhola - em interface com a língua portuguesa - na região ao longo dos últimos séculos. De acordo com Weber (2011):

a circulação das línguas nas fronteiras lusoplatinas diz respeito ao movimento de ir e vir das línguas em uso, nas modalidades escrita e oral, através de falantes e textos que se movem pelo espaço fronteiriço, cruzando ou não a linha divisória entre países. A circulação do espanhol e do português, nessa região, foi motivada inicialmente pelos séculos de guerra, de comércio, de negociações e ocupações de território pelas coroas portuguesa e espanhola e pelos países independentes que delas se formaram (p. 219).

Nesse sentido, ao estabelecer o foco desta pesquisa, qual seja a presença da língua espanhola na zona de fronteira Brasil-Uruguay e, mais especificamente, na área urbana da cidade de Bagé, consideramos o espanhol e o português como “línguas próximas”, isto é, línguas que estão social e historicamente “condicionadas à presença uma da outra” (Fernandes & Sturza, 2009, p. 212). Ao mesmo tempo, também consideramos tais línguas no conjunto nomeado por Sturza como “Línguas de Fronteira” (2006).

Assim, trazemos o contexto social e histórico para compreender como a memória se atualiza e se ressignifica em Bagé no século XXI na designação dos estabelecimentos comerciais, pois, “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (Orlandi, 2009, p. 36). Nesse viés, para Orlandi (2009, p. 33), “só podemos dizer (formular) se

nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)”, pois os sentidos se constituem na relação da memória com a atualidade e na relação da sua constituição com a sua formulação, relação essa que “torna possível todo dizer” (Orlandi, 2009, p. 31).

Ao encontro disso, apresentamos a seguir as noções de espaço de enunciação, de cena enunciativa, de político e de designação para analisar os sentidos produzidos na/pela cidade - neste caso, Bagé - pois consideramos que a cidade é produção de sentidos, em vista de ser “um espaço de instabilidade, de deslizamentos de sentido, de fronteiras de formações discursivas” (Nunes, 2014, p. 1167).

4. A circulação das Línguas na (de) Fronteira e os Espaços de Enunciação

Para seguir abordando a circulação das línguas na fronteira Brasil-Uruguay nesta pesquisa – em particular, a presença das línguas portuguesa e espanhola no município de Bagé – mobilizamos conceitos da Semântica do Acontecimento em interlocução com a Análise do Discurso de linha francesa.

Ao remetermos ao modo como as línguas circulam nessa fronteira, é preciso considerar que as línguas entram em funcionamento pelo acontecimento da enunciação, na relação com seus falantes, que se dá em espaços políticos: os espaços de enunciação (Guimarães, 2005a, 2018).

Ao discutir sobre a língua portuguesa e a política de línguas no Brasil, Guimarães (2003a, p. 48) considera o fato de o país ser multilíngue, pois “nele são praticadas em torno de 200 línguas”. Ao mesmo tempo, em sua abordagem, evidencia como o Português do Brasil se divide e caracteriza, historicamente, o modo de funcionar dessa língua no espaço brasileiro. Para o linguista, “[u]m aspecto histórico do funcionamento das línguas é que elas funcionam sempre em relação a outras línguas. Por outro lado, as línguas são sempre divididas e é por isso que se tornam, historicamente, outras” (Guimarães, 2003a, p. 47).

Ainda para explicitar como funcionam as línguas na perspectiva da Semântica do Acontecimento, é necessário considerar o modo como são distribuídas para seus falantes, já que “são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam.” (Guimarães, 2003a, p. 48). É a regulação específica de cada espaço de enunciação que define como uma língua é representada para seus falantes, isto é, como língua materna, língua franca, língua oficial, língua nacional etc. (Guimarães, 2003a).

Em relação às particularidades do espaço de enunciação do Brasil, destaca-se que “Nele funcionam o português, língua oficial e nacional e língua materna da grande maioria dos

brasileiros, línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de fronteira, e, mesmo que precariamente, línguas africanas” (Guimarães, 2005b, p. 22).

Ao nos filiarmos a essa perspectiva teórica, interessa-nos observar o funcionamento das línguas na fronteira enquanto afetadas por condições históricas específicas. Isto é, considerando as relações particulares que se dão nesse espaço, especialmente àquelas ligadas ao comércio.

Nessa direção, aproximamo-nos de Bär e Sturza (2017), que analisam a designação dos estabelecimentos comerciais na cidade fronteiriça de Uruguaiana, na fronteira do Brasil com a Argentina. Segundo essa compreensão, “[a]s línguas, ao serem enunciadas, explicitam a identidade dos seus sujeitos falantes e significam que estão condicionadas ao que foi constituindo-se historicamente na fronteira social” (Bär & Sturza, 2017, p. 570).

Além disso, Bär e Sturza (2017) destacam o fator econômico nas comunidades fronteiriças de Uruguaiana e Paso de los Libres como propulsor do movimento de pessoas de um lado a outro da fronteira, favorecido pelo rio Uruguai. Em meados do século XIX, os negócios que se estabeleciam entre brasileiros, argentinos e uruguaios ocasionaram a integração dessas áreas às capitais da região platina, como Buenos Aires e Montevideu (Bär & Sturza, 2017). Dessa forma, as atividades comerciais que se desenvolviam nessa zona contribuíram para constituir uma sociologia própria, que “é determinante para o modo como as línguas de fora, uma vez em contato, entrem no espaço de circulação da língua nacional, a língua de dentro” (Fernandes & Sturza, 2009, p. 12).

De maneira análoga, Mota (2010) pesquisou jornais santanenses publicados em Santana do Livramento-Rivera (cidades gêmeas situadas na fronteira Brasil-Uruguay) no final do século XIX, início do século XX, período em que essas cidades sofreram um impulso no seu processo de urbanização, estimulado por intensas atividades comerciais. A análise de anúncios comerciais publicados nas páginas desses periódicos permitiu identificar como as línguas portuguesa e espanhola circulavam no comércio dessa fronteira, distribuídas no espaço de enunciação fronteiriço, em determinadas cenas enunciativas.

De acordo com Mota (2010), tanto nas cenas que correspondiam aos estabelecimentos situados em território brasileiro, quanto nas cenas referentes aos estabelecimentos localizados no território uruguaio, predominava a língua portuguesa como “língua do comércio”, embora também se registrasse a presença do espanhol. Essa distribuição evidenciou a disparidade entre a língua do comércio e a língua do estado no caso uruguaio, já que a partir da independência do Uruguai o espanhol passou a ser tomado como língua oficial. No caso brasileiro, havia uma superposição do português como língua do comércio e língua oficial do Brasil, em contato com a língua espanhola, o que possibilita “pensar no Espaço de Enunciação da Língua Portuguesa

no Brasil como espaço não-monolíngue, pois o Espanhol é uma das línguas aí enunciadas” (Mota, 2010, p. 81).

Tal entendimento, que também assumimos, implica tomar as línguas no conjunto denominado por Sturza (2006) como línguas de fronteira, na medida em que resultam “da relação política geo-lingüística de Estados diferentes” (Guimarães, 2003a, p. 48). Essa abordagem permite-nos compreender como as línguas avançam para além do seu território nacional – no nosso caso, os territórios brasileiro e uruguaio. Estamos, assim, diante do Espaço de Enunciação Fronteiriço (Sturza, 2006; Bär & Sturza, 2017), que organiza as práticas linguísticas na fronteira e as distribui para seus falantes. Ainda sobre o Espaço de Enunciação Fronteiriço, acrescenta-se que “o espaço de enunciação da língua portuguesa no Brasil, assim como o da língua espanhola da Argentina e do Uruguai, constitui-se como um espaço de enunciação *entre línguas*” (Bär & Sturza, 2017, p. 572, grifo das autoras).

Nessa relação entre línguas, o espaço também é político por ser “um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas [...]. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político [...]” (Guimarães, 2005a, p. 18). Temos duas línguas nacionais que convivem, que disputam, que se misturam, que produzem sentidos.

5. Cenas enunciativas no espaço da cidade: os estabelecimentos comerciais de Bagé

Para a construção do nosso arquivo, fundamentamo-nos em Bär e Sturza (2017). Em sua pesquisa, realizada no ano de 2015, ao dirigirem seu foco para materialidades escritas total ou parcialmente em espanhol no comércio de Uruguaiana, as pesquisadoras identificaram a incidência de nomes de estabelecimentos em espanhol. A partir dessa constatação e compreendendo que “A cidade é o espaço da interpretação” (Silva, 1999, p. 23), em nossa pesquisa, voltamo-nos diretamente para os nomes de estabelecimentos comerciais da cidade de Bagé, delimitando a designação como nosso objeto de análise.

Em seu texto de 2003b, Guimarães afirmava que “a cidade é um espaço cada vez mais habitado por palavras. São placas sinalizadoras de direção, de nomes de rua, outdoors, folhetos distribuídos por toda parte, anúncios em alto-falantes, música de variado tipo, luminosos comerciais de toda a espécie” (Guimarães, 2003b, p. 53). Somado a isso, entendemos que, entre o conjunto heterogêneo de materiais de linguagem que habitam o urbano, estão também aqueles incluídos na materialidade digital (Dias, 2016). Diante dessa multiplicidade, em conformidade com Guimarães (2003b), entendemos que a designação, como “fato de significação” associado aos nomes, cobra um lugar decisivo.

Dessa forma, construímos nosso arquivo entre os meses de junho de 2021 e agosto de 2022 através da procura dos nomes dos estabelecimentos em aplicativos de entrega (*IFood* e *Delivery Much*) com atuação no município, no site da Associação Comercial e Industrial de Bagé (ACIBA) e na rede social *Instagram*. Esta etapa da pesquisa ocorreu durante a pandemia de Covid-19, o que impediu uma busca *in loco* nas ruas da cidade. Portanto, a coleta foi realizada no espaço digital, pois consideramos a materialidade digital, de acordo com Dias (2016, p. 173), um “processo de significação” em que o suporte do digital reúne a língua e a história.

Como critério, procuramos por locais comerciais estabelecidos em Bagé e cujo nome contivesse “palavras em espanhol ou em um processo de mistura com o português” (Bär & Sturza, 2017). Encontramos, então, trinta e três (33) nomes de estabelecimentos de diferentes ramos, escritos total ou parcialmente em língua espanhola. Vale mencionar que, em sua maioria, esses comércios estão instalados fisicamente na cidade de Bagé, apresentando os nomes em suas respectivas fachadas e/ou inscritos em placas.

Entre os trinta e três (33) nomes que compuseram o arquivo, observamos que em treze (13) havia o uso dos artigos determinantes do espanhol “la” e “los” formando os sintagmas nominais. Diante disso e de modo correlato ao que apontam Bar e Sturza (2017) em seu estudo na cidade de Uruguaiana, confirmamos nosso objetivo de analisar o funcionamento enunciativo desses artigos como modo de designar estabelecimentos comerciais no município de Bagé. Na sequência, procedemos ao recorte do arquivo, selecionando dez (10) nomes para compor nosso *corpus* de análise. Na perspectiva assumida, entendemos que “o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação” (Guimarães, 2011, p. 44).

Uma vez constituído nosso *corpus*, tomamos os seguintes nomes para nosso gesto de análise: *La Piedra* (pizzaria), *La Brasa* (restaurante), *La Barca Delivery* (restaurante), *La Ventana* (lancheira), *La Ropa* (lavanderia), *La Catedral* (pizzaria), *La Vieja* (doceria), *La Madre* (loja de óptica e acessórios), *Los Hermanos* (lancheira), *Los Pampas* (restaurante). Em seu conjunto, são nomes que “misturam” as línguas espanhola, inglesa, e portuguesa e formados por um artigo definido.

Antes de analisar e propor nosso gesto de interpretação (Orlandi, 2007) das designações dos estabelecimentos de Bagé que possuem a língua espanhola em seu nome, cabe mencionar que “a designação é o sentido de um nome que estabelece a relação desse nome com as coisas tomadas como existentes, mas esta relação não é referencial. Trata-se de um processo pelo qual os nomes identificam aquilo sobre o que falam” (Guimarães, 2014, p. 60). Isto é, a designação

traz em si “uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem” (Guimarães, 2018, p. 154).

Nessa perspectiva, é importante diferenciar entre a referência, a nomeação e a designação:

A referência é um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na enunciação e pela enunciação. Por exemplo, se alguém diz

O jogador está sentado na segunda mesa à esquerda

O sintagma nominal “o jogador” particulariza uma pessoa, indica-a.

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (Guimarães, 2003b, pp. 53-54, grifo do autor).

Já a designação é considerada “a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome” (Guimarães, 2003b, p. 54).

Destarte, tomamos a designação como nosso objeto e consideramos o funcionamento dos nomes dos estabelecimentos em um processo de produção de sentidos que se dá em acontecimentos de linguagem. A cidade como “espaço específico da produção de linguagem” (Silva, 1999, p. 26) é significada pelos nomes que, de certa forma, configuram a paisagem urbana na fronteira e a distinguem, operando como “elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (Guimarães, 2003b, p. 54).

Assim, para analisar o funcionamento do sentido nas designações, retomamos as noções de Espaço de Enunciação e Espaço de Enunciação Fronteiriço, além de mobilizar as noções de Temporalidade e de Político.

Conforme já dissemos, a enunciação, tomada como acontecimento do dizer, constitui-se em Espaços de Enunciação, espaços de assunção da palavra que colocam em relação língua e falantes. Nessa compreensão, a temporalidade é instaurada pelo próprio acontecimento e surge como um elemento estruturante, pois estabelece condições para que cada enunciação possa constituir sentidos, possa significar. Sobre a temporalidade, Guimarães (2005a, p. 12) explica que “este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável.”.

Segundo Silva (1999, p. 23), o habitante da cidade ocupa lugares enunciativos “para ser sujeito do que diz e produzir sentidos com uma relação determinada com a história”. Pelo viés da enunciação, esses lugares são distribuídos no espaço de enunciação e os falantes, figuras da enunciação determinadas pelas línguas que falam (Guimarães, 2005a, 2011). Neste estudo, ao tomarem a palavra na cidade e no comércio, os falantes são agenciados em cenas enunciativas

Bär e Sturza (2017), em seu estudo sobre a designação dos estabelecimentos comerciais na cidade de Uruguaiana, enfatizam que, para analisar o funcionamento das designações, um aspecto relevante é como a enunciação na qual se dá nome a um local comercial está relacionada a outras enunciações, rememorando-as. Segundo Guimarães (2005a, p. 56), “a análise da temporalidade do acontecimento para descrever o memorável que o constitui traz tantas outras enunciações que estarão significando no acontecimento.”.

Analisando essas dez (10) designações, percebemos que enunciações anteriores são rememoradas ou ressignificadas, através do funcionamento de um memorável. Nas três primeiras designações, o presente da enunciação recorta o memorável relacionado ao modo de preparo dos alimentos. Na designação *La Piedra*, a enunciação que nomeou o estabelecimento relaciona-se a outras enunciações que nomearam em espanhol o utensílio que é utilizado para preparar a iguaria, pois a pizzaria serve a pizza que é vendida ao cliente em uma pedra quente, a fim de manter o alimento aquecido por mais tempo. Nesse caso, funciona no presente do acontecimento o memorável do modo de fazer relacionado à preparação de pizzas no Uruguai e, conseqüentemente, significa algo particular da fronteira, por essa relação com a forma de servir a pizza no país vizinho. Como apontam Janke *et al.* (2016), que realizaram um estudo sobre a gastronomia da cidade fronteira de Jaguarão (Brasil-Uruguay), a chamada “pizza à moda uruguaia” é uma referência particular da fronteira e caracteriza-se por ser quadrada e sem bordas, servida na pedra. Assim, na designação *La Piedra*, há um memorável que funciona pelo pertencimento à fronteira, significado por esse modo de fazer.

Na designação *La Brasa*, há a rememoração de uma enunciação que nomeia a lenha ou o carvão em estado de incandescência. Em espanhol (com a mesma escrita do português), “brasa” é a lenha ou o carvão incandescente, de coloração avermelhada. Destarte, ao constituir o sintagma nominal *La Brasa*, há um “memorável castelhano em funcionamento” (Bär & Sturza, 2017, p. 578), que rememora um modo de assar os alimentos, principalmente a carne, remetendo ao país oriental, onde tradicionalmente se assa a carne *a las brasas* obtidas na queima da lenha. Ao mesmo tempo, entra em funcionamento o memorável do *gaucho*, ao recortar na enunciação um elemento que remete às práticas culinárias do gaúcho, como tipo social original do meio rioplatense (Laborde, 2013; Traversa, 2011). Em consequência, a designação *La Brasa* sugere aos consumidores da cidade, potenciais alocutários, que os espetinhos e petiscos comercializados no local possuem um sabor diferenciado. Em *La Barca*, consideramos que o nome, tal como é atualizado no aplicativo de entrega, inclui a enunciação que nomeou esse estabelecimento. Isto é, o nome – no dizer do aplicativo – rememora a enunciação de um locutor-proprietário o qual, na nomeação do local comercial, instaura uma

temporalidade que recorta como passado a enunciação que nomeia uma embarcação de pequeno porte. Ao mesmo tempo, significa o próprio comércio, ao antecipar ao alocutário uma especialidade do estabelecimento, pois as variedades de carnes e batatas fritas oferecidas aos consumidores são servidas e entregues em embalagens de plástico com formato de barcas – o que é reforçado pela palavra inglesa *delivery*, que aparece em aposição, predicando o nome (Guimarães, 2003c). Dessa forma, podemos afirmar que, na designação *La Barca*, o sentido do nome é ressignificado e projeta-se, no acontecimento, o que se diz sobre o lugar, o que se vê e o que se vive nele (Sipavicius, 2010).

De modo semelhante, nas designações *La Ventana*, *La Ropa* e *La Catedral*, as enunciações nas quais os estabelecimentos foram nomeados relacionam-se a outras. Em *La Ventana*, há a rememoração da enunciação que nomeia em espanhol o elemento arquitetônico que é empregado para iluminar e ventilar uma construção, além de permitir olhar através dela, conectando o exterior com o interior (La Ventana, 2022; Cais Soler, 2017). De acordo com uma publicação no Instagram da lancheria, o nome foi inspirado “na ideia inicial de atender o público através das janelas” (La Ventana, 2022). Na designação *La Ropa*, houve a rememoração da enunciação que nomeia em língua espanhola a peça de tecido que serve para vestir ou enfeitar uma pessoa ou uma coisa. Ao observar o nome na fachada da loja, percebemos que está integrado à logomarca, também formada pela integração de um segundo nome em português - *lavanderia*, que agrega uma predicação ao primeiro nome. Já em *La Catedral*, há a rememoração de uma enunciação que nomeia a igreja principal de uma diocese. Ao mesmo tempo, na temporalidade instituída pela enunciação de um locutor-proprietário que deu nome à pizzaria, entendemos que há um deslocamento do sentido, apoiando-nos na definição do *Diccionario de la lengua española* da Real Academia Espanhola para “catedral” (“Lugar emblemático representativo de una actividad”²). Nesse viés, ao ser nomeado como *La Catedral*, projetam-se sentidos que o fazem significar não como a sede de uma diocese, mas como o lugar representativo dessa atividade de elaboração e venda de pizzas, identificando-o.

Conforme Guimarães (2003c, p. 30), “[e]stes nomes, enquanto marca, estão nas lojas correspondentes para identificá-las e não para referi-las: para levar alguém a nelas entrar”. Logo, o memorável que está em funcionamento constrói o sentido dos nomes, que identificam os lugares inseridos nesse espaço urbano, os próprios comércios, ao projetar na enunciação sentidos que evocam o modo de se relacionar com o cliente, de atendê-lo, bem como o serviço que é prestado, pois “os nomes de estabelecimentos comerciais, enquanto elementos de marketing, são modos de identificação de ‘lugares’ comerciais” (Guimarães, 2003c, p. 30).

De acordo com Sturza e Tatsch (2016), há características sociais próprias deste espaço, que se estabelece entre línguas, resultantes de um modo de habitar a fronteira, pois “Esse é um lugar com simbolismos construídos a partir dos contatos entre os sujeitos, as línguas e as culturas” (Sturza & Tatsch, 2016, p. 84). Conforme discutimos, tais contatos são constitutivos do processo de formação social do município de Bagé e estão condicionados ao que se deu, historicamente, na Região Platina. Nessa linha, vale lembrar a presença histórica da língua espanhola na cidade a partir da vinda de imigrantes espanhóis, muitos dos quais se estabeleceram com suas famílias durante o século XIX, alcançando uma significativa representatividade demográfica, o que deu origem à Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos em 1869 (Bastianello, 2010). Outra entidade que reforça a presença da língua é a Sociedade Uruguiaia de Socorros Mútuos, que congrega a comunidade de uruguaios residentes na cidade, muitos deles, falantes de espanhol. Estima-se que em torno de 5000 (cinco) mil uruguaios residam na região (Muza, 2021). Desse modo, as designações *La Vieja*, *La Madre* e *Los Hermanos*, ao nomearem os estabelecimentos de comércio, marcam o lugar da língua espanhola no espaço de enunciação fronteiriço e recortam um passado de enunciações que faz significar essas relações sociais marcadas por laços de parentesco e/ou de afeto em espanhol. Ao enunciar em espanhol, o sujeito do comércio na fronteira explicita uma posição política, significando uma relação identitária, “Língua que é constitutiva desse sujeito nas suas relações sociais, porque na e pela língua os fronteiriços enunciam o que os identifica como tal” (Sturza, 2010, p. 91).

Em *Los Pampas*, outro estabelecimento do ramo alimentício, a designação toma e contém a enunciação que nomeou o espaço territorial compartilhado por brasileiros (sul-rio-grandenses), uruguaios e argentinos. Sturza e Tatsch (2016), ao problematizarem a situação das línguas na fronteira, delimitam-na inscrevendo-a no recorte geográfico do Pampa³, isto é, este “espaço simbólico onde o gaúcho se constitui no contato com argentinos e uruguaios, nesse constante ir e vir entre os dois lados da faixa fronteiriça, ou seja, se constitui entre espaços e línguas” (p. 91). Desse modo, ao nomear o estabelecimento, percebemos a emergência do político em funcionamento, pela língua, pois ao ser enunciado no plural, inscreve-se no nome o sentido de uma divisão que é territorial e política, que significa a distinção dos territórios nacionais de cada país (Brasil, Argentina, Uruguai). Para as pesquisadoras, nessa fronteira, “clima, relevo, vestimentas atividades da vida campeira, hábitos e costumes similares com os dos *gauchos*, uruguaios e argentinos, produziram uma identificação da sociedade e da cultura gaúcha sul-rio-grandense com a cultura argentina e uruguiaia” (Sturza & Tatsch, 2016, p. 86). Ao mesmo tempo, *Los Pampas* significa um espaço comum, compartilhado social e

historicamente por seus habitantes, uma identidade partilhada, sentido corroborado pelo nome apostro *parrilla*⁴, também em espanhol.

Ao analisar o funcionamento do sentido nas designações dos estabelecimentos comerciais, tomando os dez (10) nomes no seu conjunto, refletimos sobre a simbolização do espaço da cidade fronteira de Bagé. Ao serem nomeados, esses estabelecimentos configuram o espaço urbano como “um lugar de consumidores” (Guimarães, 2003c, p. 30), isto é, para estes nomes, nas cenas enunciativas em que são enunciados, o lugar do alocutário, enquanto lugar social, é o de consumidor (Guimarães, 2003c; Guimarães, 2018).

A isso acrescentamos que, por se darem no espaço de enunciação fronteira, as enunciações que nomeiam os estabelecimentos em espanhol antecipam um alocutário socialmente constituído pela língua portuguesa e também pela espanhola, de modo similar ao que definiu Mota (2010). Dito de outro modo, é projetado no acontecimento enunciativo “enquanto habitante de um espaço de intercompreensão linguística, politicamente dividido por essas práticas de linguagem” (Mota, 2010, p. 83). Nessa direção, destacamos que estamos considerando a antecipação de acordo com Orlandi (2009, p. 39) em que “todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem”. Constituir o nome com o artigo determinante “la” e “los” em espanhol marca essa antecipação do locutor.

Quanto ao uso do artigo definido, Bär e Sturza (2017, p. 581) afirmam:

O artigo determinante na enunciação cumpre outra função que não é o de restringir o nome, como na gramática normativa, mas o de ampliá-lo. Determinar com o artigo do espanhol, nesta fronteira, é afirmar através da língua o seu pertencimento ao outro, aos castelhanos.

O estudo das autoras abrangeu a cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, localizada na zona de fronteira Brasil-Argentina, conforme apresentamos anteriormente. Ao considerarmos que essas enunciações se dão no Espaço de Enunciação Fronteira e significam o que se estabeleceu historicamente na Região Platina, podemos fazer uma relação com nossa pesquisa. Dessa forma, também entendemos que o funcionamento enunciativo do artigo definido nas designações do nosso *corpus* atribui sentidos aos nomes, significando laços de afeto, relações familiares e de pertencimento à fronteira, pela língua espanhola.

Assim, o falante, nas cenas enunciativas configuradas no espaço da cidade e do comércio de Bagé, é afetado pelo político, que distribui os modos de dizer no espaço de enunciação fronteira, regulando a entrada da língua espanhola e colocando-a em relação com

a língua portuguesa. Paralelamente, ao identificarmos palavras do inglês formando um dos nomes do nosso *corpus*, vemos que ao se constituir entre as línguas portuguesa e espanhola, a presença do inglês amplia o sentido de internacionalização para além da zona de fronteira, significando-o como inserido em um espaço globalizado de línguas (Guimarães, 2003c).

7. Considerações Finais

Com a análise da designação dos estabelecimentos comerciais na cidade de Bagé, apontamos como a presença do espanhol – em interface com a língua portuguesa – constrói o sentido dos nomes e se relaciona ao modo de identificação desses comércios nessa zona de fronteira, que, ao serem identificados, marcam o lugar social do seus alocutários como consumidores no espaço da cidade.

A pesquisa nos mostrou como os nomes, ao designarem os estabelecimentos comerciais, estão relacionados com outras enunciações, além de significarem a fronteira e o que se constituiu histórica e socialmente na Região Platina.

A presença do espanhol em Bagé se dá pela disputa de sentidos entre as línguas portuguesa e espanhola que aí circulam, já que, ao mesmo tempo em que se representam como línguas nacionais de países diferentes para seus sujeitos, são línguas que coexistem e se misturam, ao constituir o espaço de enunciação fronteiro e serem partilhadas por seus falantes, marcando uma identidade fronteira e instituindo uma territorialidade que é própria do habitar a cidade na fronteira, pois “só sujeitos fazem de uma geografia um espaço social” (Guimarães, 2003c, p. 20).

Referências

- Bär, E. C. R., & Sturza, E. R. (2017). A designação dos estabelecimentos comerciais na cidade fronteira de Uruguaiana: interface português e espanhol. *PERcursos Linguísticos*, 7 (14), 563–583. <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/15607>
- Bastianello, E. M. T. (2010) *Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memórias pública, étnica e artefactual (1858-1950)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

- Bica, A. C. (2017). Uma miragem sobre o processo de formação do município de bagé no contexto riograndense e fronteiriço. *Estudios Históricos*, 18, 1688–5317. <https://estudioshistoricos.org/18/eh1832.pdf>
- Bittencourt-Francisco, J. (2021). Os “turcos” estão chegando: os imigrantes sírios e libaneses em Bagé. In G. F. Andrade, M. M. Padoin & C. Ismério (Orgs.), *História de Bagé: novos olhares* (pp. 366-386). Texto e Contexto.
- Cais Soler, S. (2017). *La ventana de la arquitectura tradicional: un mecanismo de iluminación, ventilación, protección, comunicación, relaciones sociales, etc.* <http://hdl.handle.net/10251/102437>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Dias, C. (2016) A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 37, 157-175. <http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.pdf#page=157>
- Dorfman, A., & Betancor, G. T. R. (2005). Regionalismo fronteiriço e o “Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”. In T. C. M. Oliveira (Org.), *Território sem limites: estudos sobre fronteiras* (pp. 195-228). Editora UFMS.
- Fernandes, I. C. S., & Sturza, E. R. (2009). A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil. *Signo y Seña*, 20, 207-228. <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/5808/5195>
- Ferreira, A. G. (2021). Vila Santa Thereza: patrimônio, memória e audiovisual. In G. F. Andrade, M. M. Padoin & C. Ismério (Orgs.), *História de Bagé: novos olhares* (pp. 80-100). Texto e Contexto.
- Flores, M. F. C. T. (2017). A historiografia do Rio Grande do Sul e a abordagem da fronteira. In J. M. Vargas (Org.), *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)* (pp. 323-342). Editora Fi.
- Guimarães, E. (2003a). Enunciação e Políticas de Línguas no Brasil. *Letras*, 27, 47-53. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897/7319>
- Guimarães, E. (2003b). Designação e espaço de enunciação: um escrito político no cotidiano. *Letras*, 26, 53-62. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880/7307>
- Guimarães, E. (2003c). A marca do nome. *Rua*, 9, 19-31. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640746/8287>
- Guimarães, E. (2005a). *Semântica do Acontecimento* (2ª. ed.). Pontes.

- Guimarães, E. (2005b). Apresentação. Brasil: país multilíngüe. *Ciência e Cultura*, 2 (57), 22-23. <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a14v57n2.pdf>
- Guimarães, E. (2011). *Análise de Texto: Procedimentos, Análises, Ensino*. RG Editora.
- Guimarães, E. (2014). Espaço de enunciação, Cena enunciativa, Designação. *Fragmentum*, 40, 49-76. <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264/10431>
- Guimarães, E. (2018). *Semântica: enunciação e sentido*. Pontes.
- Henry, P. (2010). A história não existe? (J. H. Nunes, trad.). In E.P. Orlandi (Org.), *Gestos de Leitura: da história no discurso* (3ª. ed., pp. 23-48). Unicamp.
- Janke, G., Pautz Palmieri, D., & Fernandez Garcia Janke, M. (2016). A gastronomia e o turismo: Um estudo na fronteira Jaguarão/BR e Rio Branco/UY. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 2 (4), 438-450. <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/369/138>
- Laborde, G. (2013). *Identidad uruguaya en cocina. Narrativas sobre el origen*. Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona. <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/116483>
- La ventana [@laventanasaboryarte] (2022). *Post* [perfil do instagram]. Instagram. Recuperado em 07 de novembro de 2022, <https://www.instagram.com/laventanasaboryarte>
- Lemieszek, C., & Garcia, E. H. (2013). *Guia incompleto das primazias de Bagé*. Ediurcamp.
- Lopes, M. N. (2007). *Bagé: fatos e personalidades*. Evangraf.
- Machado, L. O. (2010). Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In A. Nuñez, M. M. Padoin & T. C. M. de Oliveira (Orgs.), *Dilemas e diálogos platinos* (pp. 59-72). UFGD.
- Machado, L. O., Haesbaert, R., Ribeiro, L. P., Steiman, R., Peiter, P., & Novas, A. (2005). O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual e metodológica. In T. C. M. Oliveira (Org.), *Território sem limites: estudos sobre fronteiras* (pp. 87-112). Editora UFMS.
- Mota, S. S. (2010). *Línguas, sujeitos e sentidos: o jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do século XX*. Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9815/MOTA%2c%20SARA%20DOS%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Muza, J. (2021, 18 de novembro). Nova consúlar pretende realizar Censo de uruguaios que vivem na região. *Jornal Minuano*. <https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2021/11/18/nova-consul-pretende-realizar->

[censo-de-uruguayos-que-vivem-na-regiao?fbclid=IwAR3qMQ2ffnh1kqu3VrRdsnlDMRfD-GtIngSQMSJEb8ic52Y-LKdzp16NkM](https://www.censo-de-uruguayos-que-vivem-na-regiao?fbclid=IwAR3qMQ2ffnh1kqu3VrRdsnlDMRfD-GtIngSQMSJEb8ic52Y-LKdzp16NkM)

- Nunes, J. H. (2014). Os sentidos de metrópole: saber urbano e jornalismo. *Estudos Linguísticos*, 43 (3). 1166-1178. <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/514/390>
- Oliveira, L. R., & Matheus, M. S. (2014). Das migrações para a fronteira (BAGÉ, c.1830-c.1860). In *XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405479403_ARQUIVO_DASMIGRACOESPARAAFRONTEIRA.pdf
- Orlandi, E. (2007). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (5ª. ed). Pontes.
- Orlandi, E. (2009). *Análise do discurso: princípios e procedimentos* (8ª. ed). Pontes.
- Pesavento, S. J. (2014). *História do Rio Grande do Sul* (9ª. ed.). Martins Livreiro.
- Reichel, H. J. (2006). *Fronteiras do Espaço Platino*. Méritos.
- Silva, M. V. (1999). Espaços Urbanos - Espaços da Escrita. *Escritos*, 5, 23-30.
- Silva, T. R., & Silva, R. R. (2021). Práticas associativas negras em Bagé: imprensa, carnaval e clubes sociais. In G. F. Andrade, M. M. Padoin & C. Ismério (Orgs.), *História de Bagé: novos olhares* (pp. 124-145). Texto e Contexto.
- Sipavicius, M. (2010). *Connotaciones socioculturales de los nombres de lugar*. Biblioteca Técnica de Política Linguística. <https://www.academia.edu/RegisterToDownload/Claiming>
- Sturza, E. R. (2006). *Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das idéias lingüísticas*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/375748>
- Sturza, E. R. (2010). Espaço de enunciação fronteiriço e processos identitários. *Pro-Posições*, 21 (3), 83-96. <https://www.scielo.br/j/pp/a/ckXMSmW8VxcgwwtJx9xvMsd/?format=pdf&lang=pt>
- Sturza, E., & Tatsch, J. (2016). A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. *Cadernos de Letras da UFF*, 26 (53), 83-98. <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43635/24919>
- Traversa, O. (2011). El asado escrito: lo dicho y el decir en torno de una práctica culinaria. *deSignis*, 18, 31-38. <https://www.redalyc.org/pdf/6060/606066897004.pdf>

Vargas, J. M. (2021). Elites, família e riqueza na pecuária gaúcha: o caso dos estancieiros e charqueadores de Bagé (C. 1850-1930). In G. F. Andrade, M. M. Padoin & C. Ismério (Orgs.), *História de Bagé: novos olhares* (pp. 280-302). Texto e Contexto.

Weber, A. F. (2011). A circulação do Português e do Espanhol na fronteira: o global e o local no espaço entre-línguas. *Raído*, 5 (9), 217-229.
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/991/812>

Notas

¹ No território brasileiro, a chamada faixa de fronteira corresponde à área interna de 150 km paralela ao limite internacional (Brasil, 1988; Machado, 2010), estando o município de Bagé localizado a, aproximadamente, 60 quilômetros da linha divisória com o país vizinho, o Uruguai.

² Disponível em: <https://dle.rae.es/catedral?m=form>.

³ O Pampa, como recorte geográfico tomado pelas autoras, define-se como “[u]m lugar caracterizado por identifições inscritas na paisagem, pelo tipo de clima, pela atividade econômica predominantemente agropastoril e, por consequência, por modos de vida forjados pelo rigor do tempo e do trabalho campesino” (Sturza & Tatsch, 2016, p. 84). É também o bioma que se estende pelo território que compõem a chamada Região Platina, conforme discorremos na seção 2.

⁴ Conforme definição encontrada no *Dicionário de la lengua española*, da Real Academia Espanhola, *parrilla* é um lugar onde se preparam carnes à vista dos clientes. Disponível em: <https://dle.rae.es/parrilla?m=form>.